

O Acesso à Justiça no Amazonas

Um estudo em 45 Comarcas

CÉZAR LUIZ BANDIERA

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2021

Copyright © 2021 by Cezar Luiz Bandiera

Categoria: Acesso à justiça

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

B214a

Bandiera, Cezar Luiz

O Acesso à justiça no Amazonas : um estudo em 45 comarcas / Cezar
Luiz Bandiera. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2021.
496 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 331-365.

ISBN 978-65-5510-821-7

1. Acesso à justiça. 2. Cidadania. 3. Constituição federal. 4. Organização
judiciária - Amazonas. 5. Poder judiciário. I. Título.

CDD 347.8113033

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Introdução.....	1
1. CENÁRIO DO ESTUDO: O AMAZONAS, SUAS CARACTERÍSTICAS E POPULAÇÃO.....	15
1.1 Identificação do local estudado e suas especificações: o interior do Estado do Amazonas.....	18
1.2 Da geografia física do Estado do Amazonas	23
1.3 Das vias de acesso e meios de comunicação.....	30
1.4 Da população do interior do Amazonas, caboclos, ribeirinhos, indígenas	37
1.4.1 Dos povos indígenas.....	38
1.5 O caboclo amazônico – ribeirinho	46
1.6 O Índice de Desenvolvimento Humano na área do estudo	50
1.6.1 O Programa Bolsa Família e os diversos auxílios governamentais...52	
1.7 O narcotráfico no Amazonas.....	56
1.8 Pan-Amazônia – 40 anos – a questão geopolítica	60
2. O ACESSO À JUSTIÇA: UMA QUESTÃO DE CIDADANIA	65
2.1 Sucinto histórico do Amazonas	65
2.2 Breve descrição do Poder Judiciário Amazonense.....	68
2.3 Da criação e instalação.....	70

2.4 A configuração atual.....	71
2.5 Apontamentos sobre direitos humanos	73
2.6 Em que consiste o acesso à justiça	79
2.7 Implantação das Varas Especializadas em Arbitragem.....	88
2.8 Pressupostos para a fundamentação de garantias constitucionais do acesso à justiça: relações entre cidadania e direitos	100
2.9 Sentido e finalidade da garantia de acesso à justiça no sistema brasileiro	119
2.9.1 Igualdade e acesso à justiça às pessoas com deficiência	126
2.10 A efetivação do acesso	128
2.10.1 O acesso à justiça	129
2.10.2 O problema educacional	131
2.10.3 O problema cultural.....	136
2.10.4 O problema socioeconômico.....	138
2.10.5 O problema do acesso à jurisdição como “valor absoluto”	143
3. O APARATO JUDICIAL E A EXCLUSÃO.....	149
3.1 Das finalidades da existência do Estado	149
3.2 O Estado brasileiro.....	155
3.3 O Estado e seu formato atual.....	156
3.4 A democracia e o acesso à justiça.....	160
3.4.1 Acesso à justiça: transparência e rapidez dos órgãos judiciários	163

3.4.2 O acesso à justiça no neoconstitucionalismo	166
3.4.3 A jurisdição como um instrumento de inclusão social	170
3.4.4 A efetivação do acesso à justiça	176
3.4.5 A situação no Brasil atual.....	182
3.5 A legitimação das decisões judiciais “a criatividade judicial”	184
3.5.1 A legitimação democrática dos juízes.....	186
3.6 Os destinatários do acesso à justiça.....	188
3.6.1 Os ribeirinhos	189
3.6.2 Os indígenas.....	193
3.6.3 Os negros	198
3.6.4 As mulheres.....	201
3.6.5 As crianças.....	203
3.6.6 A perspectiva da miséria em face do acesso à justiça.....	207
3.6.7 A negação do acesso à justiça pelo procrastinar	209
3.7 Da necessidade de uma atuação dos integrantes de justiça numa perspectiva Panamazônica	210
4. O PAPEL DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES DO SISTEMA DE JUSTIÇA NO ACESSO À JURISDIÇÃO E A REALIDADE AMAZÔNICA	215
4.1 Das funções essenciais a justiça - Arts. 127 e seguintes da constituição federal.....	215
4.1.1 Do Ministério Público - Art.127 e segs. da Constituição Federal	220

4.1.2 Da Advocacia Pública, da Procuradoria Geral do Estado do Amazonas e das Procuradorias Municipais-Arts. 131 e 132 da Constituição Federal.....	226
4.1.3 Da advocacia privada- Art. 133 da Constituição Federal	228
4.1.4 Da Defensoria Pública - Art. 134 da Constituição Federal	238
4.2 Da possibilidade de demandar sem auxilio técnico.....	246
4.3 As práticas amigáveis de resolução de conflitos	248
4.3.1 A mediação	249
4.3.2 A conciliação	252
4.3.3 A arbitragem	253
4.4 A atuação do Poder Judiciário	254
4.4.1 Os juízes ameaçados.....	255
4.5 A produtividade	256
4.6 O Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas: problemas enfrentados	266
5. ANÁLISE E DISCUSSÃO	273
5.1 Acesso à justiça - Do lugar que se fala e de quem se fala	273
5.2 Troca de saberes dos integrantes do Poder Judiciário e das funções essenciais à justiça com as universidades	277
5.3 Advocacia privada	282
5.4 Poder judiciário do Amazonas e sua estrutura ao longo da história	283
5.5 O programa de justiça itinerante do Tribunal de Justiça do Amazonas e de Roraima.....	285

5.6 A distribuição de servidores entre o primeiro e o segundo grau - discrepâncias constatadas	287
5.7 A governança no âmbito do Poder Judiciário	292
5.8 Informações levantadas nas comarcas estudadas - uma análise.....	295
5.9 Síntese da atuação do conjunto de instituições integrantes do Sistema de Justiça na área de estudo.....	298
5.10 A crise do estado contemporâneo e um paralelo com o PJAM e a área do estudo	306
5.11 O Poder Judiciário e as perspectivas com a Quarta Revolução Industrial – O fator tecnológico no acesso à justiça e na prestação jurisdicional.....	308
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	317
REFERÊNCIAS	331
APÊNDICE	367
ANEXOS	407